

## PARECER/2021/77

### I. Pedido

1. Em 20 de maio de 2021, deu entrada na Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) a solicitação, por determinação do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, de parecer sobre o pedido de autorização, apresentado pela Guarda Nacional Republicana (GNR), para utilização de câmaras de videovigilância apoiada em *Remotely Piloted Aircraft Systems*, durante o período de 15 de maio de 2021 a 31 de outubro de 2021, para captação de imagem nas áreas florestais dos concelhos e freguesias identificados como prioritários, para efeitos de fiscalização da gestão de combustível, no âmbito da prevenção de incêndios, de acordo com a classificação do Instituto da Conservação das Florestas, I.P., constantes dos anexos I e II do Despacho n.º 3403/2021, de 30 de março, de Secretária de Estado da Administração Interna e Secretário de Estado da Conservação da Natureza, das Florestas e do Ordenamento do Território, e as áreas identificadas nos n.ºs 2 e 3 do mesmo diploma, bem como nas faixas florestais identificadas nos n.ºs 1,2,10 e 13 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho.

2. O pedido é formulado ao abrigo da Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 9/2012, de 23 de fevereiro, que regula a utilização de sistemas de vigilância por câmaras de vídeo pelas forças e serviços de segurança em locais públicos de utilização comum, para captação e gravação de imagem e som e seu posterior tratamento. A utilização de câmaras móveis, nos termos desta lei, está sujeita a autorização do membro do Governo que tutela a força ou serviço de segurança requerente, precedida de parecer da CNPD.

3. O pedido vem acompanhado por um documento, denominado «Processo de Videovigilância para Prevenção de Incêndios Rurais a partir de câmaras portáteis acopladas em *Remotely Piloted Aircraft Systems* (RPAS)», que integra dois anexos: o Anexo A, relativo à «Identificação das características técnicas dos 14 equipamentos de videovigilância em RPAS», e o Anexo B, respeitante à «Avaliação do impacto das operações de tratamento de dados».

### II. apreciação

4. O pedido de autorização refere-se à utilização de 14 equipamentos constantes do Anexo A, que correspondem a câmaras de vídeo acopladas a *Remotely Piloted Aircraft Systems* (veículos aéreos tripulados remotamente, doravante RPAS), para a finalidade de prevenção e redução de ignições nas áreas florestais dos concelhos e freguesias identificadas como prioritárias, de acordo com a classificação do Instituto da Conservação das Florestas, I.P., face à fragilidade e densidade florestal dessas zonas.

5. Em causa estão «zonas florestais e áreas desabitadas», especificamente «em zonas sombra em que outras formas de vigilância são inacessíveis», onde, portanto, falta vigilância e proteção contra o risco de ignições.

6. Declara-se que as câmaras captam apenas imagens, as quais são visualizadas em tempo real pelo operador da aeronave no *hardware* próprio do equipamento, não existindo transmissão de dados para qualquer outro local, e que não há gravação de imagens nem captação e gravação de som. Especifica-se ainda que «[c]onsiderando a missão que desempenham, os meios operam a uma altitude média de 100 metros do solo, não se efetuando qualquer identificação pessoal, mas sim apenas a visualização dos espaços.»

7. Esclarece-se ainda que «o sensor térmico nas câmaras que o possuem detetam temperatura, mas não identificam a sua fonte, sendo necessário proceder ao seu reconhecimento pessoal no terreno».

8. Tendo em conta todo o declarado, compreende-se que o sistema de videovigilância com recurso a RPAS, a operar a uma altitude média de 100 metros do solo e mínima de 50 metros, incide apenas sobre áreas florestais desabitadas, de acesso muito difícil ou impossível por via terrestre, onde, portanto, não haverá em princípio captação de imagens de pessoas, e que o objetivo não é, efetivamente, o de detetar ou rastrear indivíduos.

9. Nestes termos, conclui-se ser muito improvável a captação de imagens de pessoas suscetíveis de, direta ou indiretamente, as identificar, pelo que a utilização deste sistema de videovigilância, em geral, não implica um tratamento de dados pessoais, conforme definido na alínea 2) do artigo 4.º do Regulamento (UE) 2016/679, de 27 de abril de 2016 – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.

10. No entanto, o equipamento de modelo “Drone DJI TELLO”, de acordo com as características técnicas descritas no Anexo A, não cumpre uma das medidas mitigadoras dos riscos declaradas na avaliação de impacto sobre a proteção de dados (AIPD) relativas à altitude de voo – na verdade, sendo de 30 metros a altitude máxima indicada, admite-se que a avaliação de impacto realizada, onde se declara como medida mitigadora que o sistema é operado a uma altitude média de 100 metros e mínima de 50 metros, não tenha incidido sobre este específico equipamento.

11. Nessa medida, e atendendo à relevância deste aspeto para a conclusão de risco baixo ou improbabilidade de captação de imagens de pessoas suscetíveis de, direta ou indiretamente, as identificar, não ficou demonstrado, nem pode por isso afirmar-se, que a utilização do RPAS modelo “Drone DJI TELLO” com a câmara de videovigilância acoplada não implica um tratamento de dados pessoais e não impacta significativamente nos direitos fundamentais dos cidadãos.

### III. Conclusão

12. Assim, na perspetiva do regime jurídico de proteção de dados pessoais e da tutela do direito fundamental ao respeito pela vida privada, nada há a opor à utilização pela GNR do sistema de videovigilância descrito com suporte em RPAS para a finalidade declarada, com exceção de um equipamento – o modelo “Drone DJI TELLO” –, em relação ao qual não se estabeleceram medidas mitigadoras do risco de identificação dos cidadãos e de afetação dos seus direitos, liberdades e garantias.

Lisboa, 9 de junho de 2021



Filipa Calvão (Presidente, que relatou)